



ASPECTOS DA IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DO PROUNI EM INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Resumo

O trabalho trata de aspectos da gestão do Programa Universidade Para Todos (ProUni) relacionados a Instituições do Ensino Superior privadas sem fins lucrativos. Na literatura recente da área, encontra-se a informação de que 42,4% das instituições privadas não aderiram ao Programa, dado que motivou a pesquisa em tela, em torno do questionamento de que a implantação dessa política teria como objetivo principal beneficiar o setor privado em detrimento do setor público. Com base em reflexões teóricas recentes sobre o campo da pesquisa em políticas públicas e nos conceitos de *ciclo de políticas* e de *agenda* busca-se mostrar que, se por um lado a desoneração fiscal aumentou significativamente a rentabilidade de parte das IES com fins lucrativos, as IES privadas sem fins lucrativos que aderem ao programa têm sofrido impacto negativo no que se refere à sua sustentabilidade, razão pela qual muitas delas ratificam a intenção de não aderirem ao Programa. A pesquisa é de cunho qualitativo e, para a obtenção das informações pertinentes, além da análise da documentação das IES escolhidas, entrevistas semi-estruturadas com gestores das IES e coordenadores do ProUni estão sendo realizadas.

Palavras-chave: ProUni, Instituições de Ensino Superior; Setor Privado

Introdução

O ensino superior brasileiro, na atualidade, atravessa um momento de intensas transformações, cujas manifestações e consequências, especialmente no período que se seguiu à promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), têm sido tratadas por diversos estudiosos e especialistas no assunto. Nessas análises, materializadas em livros, artigos em periódicos, dissertações e teses, são expostas as características e especificidades desse nível de ensino, bem como toda sorte de problemas que o crescimento desordenado das últimas décadas tem acarretado.

Uma discussão recorrente sobre essa temática relaciona-se à oposição setor público *versus* setor privado, a qual tem se tornado cada vez mais acirrada, especialmente a partir da década de 1990, período em que a expansão e diferenciação de formatos institucionais contribuíram para aprofundar o processo de privatização e tornar hegemônico o modelo não universitário.

A classificação das Instituições de Ensino Superior (IES), que passou a vigorar a partir da flexibilidade possibilitada pela LDB 93.94/96, é feita a partir dos critérios da *organização acadêmica* e da *categoria administrativa*. Em relação ao primeiro critério, distinguem-se, pela forma como estão organizados, dois grupos básicos de instituições: as universitárias, que compreendem universidades e centros universitários e as instituições não universitárias, que abrangem as faculdades integradas, faculdades e institutos ou escolas superiores e ainda os



centros federais de educação tecnológica. Do ponto de vista da categoria administrativa, podem ser agrupadas de acordo com a instituição mantenedora. Classificam-se, assim em IES públicas e privadas, sendo que estas últimas, por sua vez dividem-se entre aquelas que são consideradas sem fins lucrativos (as confessionais, filantrópicas e comunitárias) e as particulares em sentido estrito, ou seja, as que se declaram com fins lucrativos. (NUNES, 2007)

Assim o desenvolvimento da educação superior do Brasil, a partir dessa década passa a ocorrer sob a influência desses novos paradigmas. Apesar de definida como bem público pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Bases e Diretrizes (LDB), de 1996, como direito social do cidadão, a iniciativa privada investiu significativamente no setor, ampliando o número de matrículas, cursos e Instituições de Ensino Superior. (SEGENREICH; CASTANHEIRA, 2009). Esse crescimento, porém, se deu de forma desordenada. O censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2009, constatou que existem 5,95 milhões de alunos matriculados na educação superior brasileira. Destes, 4,43 milhões estão matriculados nas IES privadas, perfazendo 74% das matrículas nacionais. Esses percentuais demonstram a superioridade e o desequilíbrio entre o setor privado e o público (BRASIL/MEC/INEP, 2009).

A Tabela seguinte mostra a evolução das IES (por setor) no Brasil na última década.

Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas – Brasil – 2001-2010

ANOS	PÚBLICO	PRIVADO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAIS
			(%)	(%)	
2001	183	1.208	13,2	86,8	1.391
2002	195	1.442	11,9	88,1	1.637
2003	207	1.652	11,1	88,9	1.859
2004	224	1.789	11,1	88,9	2.013
2005	231	1.934	10,7	89,3	2.165
2006	248	2.022	10,9	89,1	2.270
2007	249	2.032	10,9	89,1	2.281
2008	236	2.016	10,5	89,5	2.252
2009	245	2.069	10,6	89,4	2.314



2010	278	2.100	11,7	88,3	2.378
-------------	-----	-------	------	------	--------------

Fonte: INEP, 2012.

Ao observar a evolução do número de IES públicas e privadas, podemos perceber que em 2001 havia 1.391 instituições e esse total passa para 2.378 em 2010. Notamos, também, que houve um aumento, tanto na esfera privada, quanto na pública (com exceção do ano de 2008, em que houve um decréscimo em ambas as esferas administrativas). Na rede pública houve um aumento de apenas 95 instituições, ao passo que no setor privado este aumento foi de 892 IES no período já assinalado.

Cabe ressaltar que em 2001 as IES públicas representavam 13,2% do total de organizações estabelecidas no setor. Esse quantitativo, percentualmente, diminuiu para 11,7%, no ano de 2010. Já as IES particulares passaram de 86,8% para 88,3%, o que demonstra a superioridade numérica do segmento privado da educação superior. Além disso, constata-se que um percentual significativo deste crescimento relaciona-se à oferta de vagas no ensino superior noturno.

Entre os anos de 1985 e 1995, o aumento expressivo do número de IES privadas que atuavam no mercado e a diminuição do número de egressos do ensino médio provocou o primeiro resultado desastroso para a rentabilidade dessas instituições com o crescimento das vagas ociosas. Esse fenômeno atingiu a saúde financeira de muitas IES privadas, gerando uma crise no setor (SAMPAIO, 2000)

A Pesquisa em Políticas Públicas e o ProUni

No Brasil, criou-se recentemente uma expressiva demanda pela produção de pesquisas acadêmicas na área de políticas educacionais. Esse movimento, mais intenso a partir da década de 1980, tem contribuído para o desenvolvimento e legitimação da área, com a criação de disciplinas e linhas de pesquisa oferecidas em cursos de graduação e pós-graduação, nas diversas instituições de ensino superior brasileiras.

Esse crescimento significativo da área está relacionado com as novas tendências da sociedade civil brasileira, que se apresenta em constante mudança de paradigmas. Entretanto, cabe ressaltar que apesar da promissora expansão e da institucionalização da pesquisa em políticas, existem muitas lacunas que dificultam a elaboração de trabalhos que contribuam para enriquecer o conhecimento da área (ARRETECHE, 2003).

Segundo Ball (2011) duas deficiências caracterizam as pesquisas em políticas educacionais no Brasil. A primeira é a ausência de referenciais teóricos analíticos mais consistentes e transparentes em relação ao posicionamento teórico e à abordagem epistemológica assumida por seus autores. A segunda é a falta de diálogo entre as pesquisas brasileiras e as de produção internacional. Para este autor, a globalização e as influências de organismos estrangeiros, transformam as análises de pesquisas em políticas públicas em assunto de interesse global. Todavia, a não interação entre os trabalhos nacionais e a literatura internacional retarda a consolidação de procedimentos teórico-metodológicos sólidos e eficazes na área de políticas educacionais.



O estudo sobre políticas públicas teve sua origem acadêmica e científica nos EUA. Seu foco, como área do conhecimento era pesquisar sobre as ações governamentais. Na Europa, entretanto, a trajetória estabelecida foi diferente. As pesquisas nessa área do conhecimento focalizavam prioritariamente o papel do Estado e do governo, que é considerado o principal elaborador de políticas públicas. (SOUZA, 2006)

Diante da uma variedade de autores que tratam do assunto, em nível internacional, e dos principais conceitos e recomendações encontrados em suas obras, Souza (2006, p. 36) elenca uma série de aspectos a serem considerados na pesquisa em políticas, dentre os quais destacamos:

- (a) A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- (b) a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- (c) a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- (d) a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- (e) a política pública embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;
- (f) a política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

As políticas públicas percorrem uma trajetória que abrange desde sua elaboração inicial, passando por sua implementação, no contexto da prática, até chegar à produção dos efeitos. A análise crítica desse ciclo contribui para a construção de um referencial analítico eficiente que coopera com a análise de programas de governo. Dessa forma, refletir sobre o ciclo das políticas facilitará o entendimento do ProUni, tendo em vista que, embora o referido Programa, já se encontre em seu sétimo ano de implementação ainda não é possível afirmar a existência de conhecimentos analíticos sólidos sobre o Programa, especialmente no que se refere a aspectos específicos de sua implementação.

Independentemente de já existir um conjunto de artigos em periódicos sobre o assunto e de mais de 60 dissertações e teses, terem sido elaboradas, a maioria em Programas de Pós-graduação do Sudeste, a partir do ano de 2006, não se pode dizer que já contemos com um corpo analítico sólido sobre o assunto em que os aspectos macro e micro do Programa sejam examinados de forma articulada.

No que se refere aos trabalhos acadêmicos publicados em periódicos, destacamos, pela repercussão obtida, os textos de Carvalho (2006) e Catani, Hey e Gilioli (2006) em que seus autores, ancorados no argumento principal do favorecimento às IES privadas, pela via da isenção tributária, denunciam o caráter falsamente democratizante e assumidamente assistencialista desse Programa. Nessa perspectiva, o ProUni, aparece como uma política pública que mascara seus verdadeiros propósitos, qual seja, expandir o ensino superior sem



umentar os gastos, atendendo a um só tempo a demanda da sociedade civil por mais vagas e os interesses privatistas, na medida em que os bolsistas ocupam as vagas ociosas das Instituições de Ensino Superior Privadas.

Quanto às dissertações e teses, a maioria produzida em programas de pós-graduação da Região Sudeste, ressalte-se o saudável movimento em direção à empiria, como forma de procurar respaldo para as críticas recorrentes ou, ao contrário, para enfrentá-las. Em grande parte dessas pesquisas são apresentadas informações colhidas diretamente com os bolsistas e/ou com gestores de instituições sobre os mais diversos aspectos dessa política pública. Registre-se, contudo, a grande dispersão das abordagens, que abrangem temas tão variados quanto: democratização do acesso ao ensino superior, análise das implicações tributárias relacionadas ao Programa, propostas de modelos de gestão, avaliação da eficiência e eficácia da implementação, análise de trajetórias e construção de significados sociais por parte dos beneficiários, dentre muitos outros.

Segundo Stephen Ball e Richard Bowe (*apud* MAINARDES, 2006) o ciclo de políticas é um referencial teórico dinâmico e flexível. Sua abordagem dá ênfase à complexidade das políticas educacionais e ressalta os processos macropolíticos, assim como as atividades dos profissionais que trabalham em nível local. Além disso, demonstra a necessidade da articulação entre os processos de políticas macro e micro quando se procede à análise de qualquer política educacional.

Os referidos autores elaboraram um primeiro conceito sobre processo de desenvolvimento de uma política criando a noção de ciclo contínuo. Essa modalidade de ciclo é constituída por três arenas políticas: **a política proposta, a política de fato e a política em uso**. A **política proposta** é considerada a oficial. Essa arena política está relacionada com a intenção dos membros do governo responsáveis por elaborar os programas, além de envolver profissionais das escolas e políticos locais. A **política de fato** é representada pelos textos políticos e legislativos e sua fundamentação é o alicerce para que as políticas sejam colocadas em prática. E, finalmente, a **política em uso** é caracterizada pelo discurso e pelas práticas dos profissionais que atuam na **sua execução**. (MAINARDES, 2006). Ao tratar do impacto do ProUni em IES sem fins lucrativos, o que se espera é trazer informações relevantes, sobre um segmento não homogêneo e que vá além da polarização IES públicas versus IES privadas.

O ProUni em Instituições sem fins lucrativos

A promulgação da LDB de 1996 estabeleceu uma série de novas diretrizes para o ensino superior. Uma, porém, chamou atenção pelos efeitos que produziu no segmento. As IES, através de seus mantenedores, puderam optar pela mudança de seu estatuto, transformando-se em instituições com ou sem fins lucrativos. Com base nesse dispositivo legal, as IES que optassem pela modalidade “com fins lucrativos” teriam tratamento de empresa comum e seriam submetidas ao pagamento de todos os encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas (SAMPAIO, 2000). Esse dispositivo da LDB produziu efeitos negativos no cenário educacional. Com a mudança prevista em relação à cobrança de tributos para as IES com fins lucrativos, aliada às exigências de uma educação de qualidade produziu-se a necessidade de aumento nos preços das mensalidades. Esses fatos aliados aos baixos salários praticados no mercado ocupacional brasileiro da época impossibilitavam o ingresso de muitos



jovens no ensino superior. Assim, muitas IES privadas foram afetadas pelo grande número de vagas ociosas (STIEG, 2009).

O cenário apresentado serviu de base para o estabelecimento de algumas políticas de inclusão de jovens nos ensino superior, para atender uma das metas do PNE 2001-2010 de ter 30% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos nesse nível de ensino até o término da vigência do referido plano (AGUIAR, 2010). Dentre essas políticas, foi criado, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Universidade Para Todos (ProUni), por intermédio da Lei Federal nº 11.096/2005. Cabe ressaltar que, até então, os jovens de classes sociais menos favorecidas que não tiveram uma formação secundária de qualidade, via de regra, ficavam excluídos das universidades públicas, em razão de não possuírem preparo para passar nos processos seletivos de admissão a essas instituições. Esses mesmos jovens também eram excluídos das IES privadas, por impossibilidade de pagar os altos valores cobrados nas mensalidades.

Por força desses fatos, representantes do setor privado do ensino superior e os jovens carentes excluídos das universidades pressionaram o Governo Federal para que suas demandas fossem atendidas. (FACEIRA, 2009) foi neste contexto (2005) que se implementou o ProUni, com o duplo objetivo de minimizar a crise financeira do setor privado de educação superior e promover o acesso de jovens carentes aos bancos das universidades.

A participação no ProUni é permitida aos estudantes egressos do ensino médio que estudaram na rede pública de ensino ou aos que estudaram na rede privada, com bolsas de estudos de 100%. Além disso, para que os candidatos sejam bolsistas do programa na modalidade integral é necessário que tenham renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio e, para os candidatos que buscam uma bolsa de 50%, a renda familiar não pode ultrapassar a três salários mínimos por pessoa. Os estudantes se habilitam e concorrem às bolsas, desde que aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Examinando-se a literatura acadêmica sobre o ProUni, especialmente os textos publicados logo após a sua criação, constata-se uma tendência a criticar, de forma contundente, o Programa, com base no argumento principal de que sua instituição estaria favorecendo as IES privadas, em detrimento das instituições públicas. Entretanto, como o ProUni é uma política nova e pouco se conhece sobre seu funcionamento, alguns aspectos precisam ser esclarecidos, partindo-se do pressuposto que o setor privado não é homogêneo.

A contrapartida oferecida pelo governo para as IES que aderem ao ProUni é a isenção fiscal de alguns tributos. A isenção é estabelecida de acordo com a modalidade da organização (CARVALHO, 2011). De acordo com a modalidade jurídica das instituições (com fins lucrativos e sem fins lucrativos – confessionais comunitárias e filantrópicas) os impostos são os seguintes: (a) Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS); (b) Imposto predial territorial e urbano (IPTU); (c) Imposto de renda de pessoas jurídicas (IRPJ); (d) Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL); (e) Programa de integração social e de formação do patrimônio do servidor público (PIS/PASEP); (f) Contribuição social para financiamento da seguridade social (CONFINS)

Apesar dos reclamos em relação ao favorecimento da iniciativa privada, existe uma incoerência entre a crítica e a realidade atual do segmento. Segundo Stieg (2009), 42,4% das IES privadas ainda não aderiram ao ProUni. Esse percentual significativo de instituições



que não se filiaram ao Programa gera indícios de que pelo menos parte da gestão da iniciativa privada, por algum motivo, não aprova essa adesão como boa estratégia.

A desoneração fiscal aumentou significativamente a rentabilidade de parte das IES com fins lucrativos, o que não ocorreu com as IES sem fins lucrativos. No primeiro caso, se a rentabilidade aumenta, fica evidente que a saúde financeira das instituições fica equilibrada, o que possibilita investimento no corpo docente, na infraestrutura e promove, pelo menos teoricamente, impacto positivo na qualidade de ensino (STIEG, 2009). Não é o que ocorre nas IES comunitárias, confessionais e filantrópicas que aderiram ao ProUni. Nas IES lucrativas o número de bolsistas do ProUni aumenta, o número de matrículas e a rentabilidade acompanham o crescimento. Porém as IES sem fins lucrativos, não gozam da mesma sorte. As instituições confessionais, comunitárias e filantrópicas que aderiram ao ProUni deparam-se com a diminuição de matrículas e de sua rentabilidade (CARVALHO, 2011).

Segundo Carvalho (2011, p. 16), “[...]enquanto as IES lucrativas tiveram acréscimo de 18%, aquelas não lucrativas apresentaram decréscimo de 36% justamente os modelos institucionais – confessionais, comunitárias e filantrópicas – que se beneficiaram relativamente menos com o programa.”

Stieg (2009), ao entrevistar um grupo de gestores educacionais pertencentes a IES privadas, sem fins lucrativos, do município de São Paulo, que aderiram ao ProUni, constatou que a maioria decidiu aderir ao programa somente para dar apoio ao Ministro da Educação, na época da implantação, Fernando Haddad. Além disso, constatou também que nem todos acham vantagem a adesão ao referido programa. E por último, todos afirmaram que apenas as IES com fins lucrativos estão sendo beneficiadas pela contrapartida oferecida pelo programa, ferindo assim o princípio da oportunidade entre as instituições.

Outro fato interessante constatado na pesquisa de Stieg (2009), mas que carece de melhor apuração é que nenhum gestor representante de IES em sentido estrito (com fins lucrativos) quis conceder entrevista. Dessa forma, nada se apurou em relação à gestão dessas modalidade de IES.

Considerações Finais

O conflito entre o público e o privado é explícito no setor da educação desde a década de 1980. Existem muitos interesses coletivos e individuais que levam as instituições privadas a se moldarem à nova realidade social, enquanto as públicas são lentas no processo de mudanças. Segundo Sampaio, (2000, p. 3), “[...] o setor privado, por ser mais dinâmico no atendimento à demanda de massa, é o que assume maior dimensão no sistema.”

As novas tendências de uma sociedade globalizada obrigam as Instituições de ensino superior a se atualizarem objetivando atender as demandas de um setor educacional competitivo. Desta forma, constantes mudanças institucionais ocorrem nas organizações para posicioná-las estrategicamente nesse setor específico de prestação de serviços.

O lançamento de novos cursos, a extinção de outros que se tornam obsoletos, a criação de projetos curriculares mais flexíveis e a manutenção de um corpo docente qualificado composto por sua maioria de Doutores e Mestres são algumas das estratégias utilizadas pelas IES com intuito de atrair e reter a clientela estudantil. Apenas as IES privadas se adequaram



a esta realidade, enquanto as públicas não conseguiram acompanhar o ritmo imposto pela globalização (SAMPAIO, 2000).

O ProUni é uma política pública que tem contribuído para expansão e a democratização do ensino superior privado. Desta forma, seus efeitos ampliam a diferenciação entre o ensino público e privado, haja vista, que o Governo elegeu a iniciativa privada para promover a tão sonhada meta preceituada no PNE (2001-2010), em que 30% dos jovens de 18 a 24 anos deveriam estar inclusos nesse segmento educacional.

Diante do exposto, constata-se que existe um desencontro entre a literatura e o que está realmente acontecendo no setor educacional superior. Esta discrepância de informações gera uma lacuna que carece de investigação mais apurada em relação aos possíveis benefícios que o ProUni está promovendo na gestão das instituições privadas.

Considera-se a gestão educacional superior privada, no atual cenário de mercado, de suma importância para o desenvolvimento e consolidação de uma instituição de ensino. Desta forma se não houver igualdade de benefícios entre as IES privadas, pode ser gerado um diferencial competitivo que produzirá efeitos positivos nas organizações com fins lucrativos e possivelmente acarretará prejuízos irreparáveis nas IES sem fins lucrativos. Esses fatores comprometem a qualidade de ensino e provoca risco de falência de muitas IES, situação que merece análise cuidadosa, dada a importância deste segmento para o desenvolvimento social e econômico do país. Diante do exposto, cabe a esse trabalho investigar qual a visão de um grupo de gestores educacionais de IES privadas do Estado do Rio de Janeiro sobre a adesão ao ProUni.

A gestão escolar eficaz e a eficiência do gestor são consideradas, nos dias de hoje, fatores primordiais para o sucesso de uma instituição de ensino. Diante de uma gama de políticas públicas que são concebidas pelo Estado, o gestor de uma IES privada tem a responsabilidade de decidir se é viável para a sua organização aderir a determinado programas de governo. O ProUni é um exemplo atual que vem gerando elogios, mas ao mesmo tempo muitas críticas no meio acadêmico. Muitos dos questionamentos, entretanto, não são devidamente sustentados por pesquisas. No que se refere aos aspectos concretos de seu funcionamento, não são muitas as informações disponíveis (STIEG, 2009). Assim, analisar a decisão dos gestores das IES estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro em aderir ou não ao programa é algo inédito que vai contribuir para um entendimento mais fundamentado do assunto, assim como vai servir de orientação para os demais gestores das IES privadas.

Referências

- AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. Avaliação do Pano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexões. *Educação e Sociedade*, Campinas, nº112, p.707-727, jul-set. 2010.
- ARRETCHE, Marta. Dossiê Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 51, vol. 18, p. 7-10, 2003.
- BALL, S. J.; MAINARDES, J.. *Políticas Educacionais: questões e dilemas* (Orgs.). 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011.



BRASIL, Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em ago. 2010.

BRASIL. Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004: institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Disponível em: <<http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/legislacao.shtm>>. Acesso em: dezembro de 2009.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? *Educar em Revista*, Curitiba, n. 28, jul./dez. 2006. Dossiê: política de educação superior no Brasil no contexto da reforma universitária.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educação e Sociedade*, v. 27, n. 96, Campinas out. 2006.

_____. Uma análise crítica do financiamento do PROUNI: instrumento de estímulo à iniciativa privada e/ou democratização do acesso à educação superior?. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 34, 2011, Natal. Anais eletrônicos... Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 21 de junho de 2012.

FACEIRA, Lobélia da Silva. O ProUni como política pública e suas instâncias macro-estruturais, meso-institucionais e microsociais: pesquisa sobre a sua implementação pelo MEC e por duas Universidades na Região Metropolitana do Rio. 2009, 248 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MAINARDES, Jefferson. *Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para análise de políticas educacionais*. Educ. Soc., Campinas, nº 94, p. 47-69, jan/abr. 2006. Disponível em:<www.cedes.unicamp.br>

NUNES, Edson. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2007, vol.41, n.spe, pp. 103-147. ISSN 0034-7612. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122007000700008>.

SAMPAIO, Helena. *O ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo, Editora HucitecFAPESP, 2000, 392p.



SEGENREICH, Stella Cecília do and CASTANHEIRA, Antonio Mauricio. *Expansão, privatização e diferenciação da educação superior do Brasil pós – LDBEN/96: evidências e tendências*. Rio de Janeiro, 2009, p. 55-86

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

STIEG, Carlos Maciel. *A Percepção dos Gestores de IES Privadas da Cidade de São Paulo em Relação à Adesão ao ProUni*. 2009, 122 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) –Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo.